TEMPORADA DE MÚSICA EM SESIMBRA COM MEMÓRIAS DA CASA DA ÓPERA DO CABO ESPICHEL Pág. 12



VITÓRIA COMEMORA 116 ANOS DE GLÓRIA E ALGUMAS SOMBRAS Pág. 11



NEEMIAS CONTINUA EM ALTA NA NBA Pág. 10

Somos informação segura
semmais.pt

+Região | Diretor Raul Tavares | Semanário Região de Setúbal | Edição n.º 1368 9.ª série | Distribuído com o Expresso | Sexta-feira 20 novembro 2026 | 0,50

semmais



ZERO CONTESTA 'PESADELO' DE PISCINAS NA COMPORTA

Em causa está um empreendimento, numa zona protegida, que prevê 29 piscinas. Os ambientalistas falam em "pesadelo", caso o projeto avance.

Pág. 4

Moradores de Penajoia contra silêncio do IHRU

Sete anos depois, o bairro continua sem água e sem luz. Câmara e Junta têm ajudado na integração das crianças na escola, mas o IHRU, proprietário dos terrenos, continua sem respostas.

Pág. 2



ENTREVISTAS

PARQUE DA CIDADE EM SETÚBAL AVANÇA A TODO O GÁS Págs. 8/9

RUI BRAGA E AS CASAS DO BARREIRO A PREÇOS ACESSÍVEIS Pág. 6



LAMAS DAS ETAR PODEM TER SIDO ESPALHADAS NA REGIÃO

Ambientalistas acreditam que "muitas toneladas" de lamas estejam a ser depositadas em campos do litoral alentejano, em vez de seguirem para a compostagem. E pedem ação da APA.

Pág. 5

ORÇAMENTO DA CIMPS PARA 2027 NÃO CHEGA AOS 700 MIL EUROS

Representação em Bruxelas e promoção da península dentro e fora de portas são apostas da CIM para o próximo ano. O orçamento é ainda escasso, mas o trabalho previsto é muito.

Pág. 5



CHUMBO

CARLOS ALBINO ACUSA OPOSIÇÃO DE MÁ FÉ E DE PARALISAR INVESTIMENTOS NA MOITA Pág. 7

POLINIZAÇÃO ARTIFICIAL PODE SALVAR PRODUÇÃO DE PINHÃO

Furtos e baixa produtividade ameaçam pinhais no distrito



IMAGEM DR

Agricultores querem certificar pinhões regionais para poderem combater o produto vindo da China e vendido a altos preços como se fosse nacional. Litoral alentejano é responsável por quase toda a produção do país.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

O LITORAL Alentejano, nomeadamente nos concelhos de Grândola e Alcácer do Sal, ainda é o maior produtor nacional de pinheiro manso. A exploração deste tipo de floresta é responsável por centenas de postos de trabalho apesar de, desde 2010, os indicadores terem vindo a decrescer. Agora, para aumentar a produtividade e rendimentos de uma atividade que está igualmente à mercê de redes organizadas que furtam toneladas de pinhas, tenta-se ultrapassar os efeitos das últimas secas com processos de polinização artificial.

O presidente da ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Alentejo Litoral, Pedro Silveira, confirmou ao Semmais que, nos últimos anos, muitos produtores têm optado por cortar os pinhais: "É um facto. Muita gente está a cortar com o argumento de que a produção já não é suficiente. Essa é uma opção errada. Quem abate os pinhais não está a revelar a visão a longo prazo que defendemos para a atividade".

A falta de produtividade, explica o produtor de Alcácer do Sal, fica a dever-se a vários anos de seca muito acentuada, o último dos quais em 2023. "Existem causas fisiológicas e que são consequência das secas e das alterações climáticas, que fazem com que a polinização não esteja a ser feita como seria desejado. No entanto, também há estudos em curso que demonstram que com a polinização artificial será possível recuperar. Esses estudos estão a ser desenvolvidos pela ANSUB que, apesar de não possuir financiamento estatal, continua empenhada em encontrar soluções que travem o abandono da exploração do pinheiro manso", explicou.

Pedro Silveira entende, por outro lado, que o abate das árvores nem sequer é rentável devido a um eventual aproveitamento da madeira. "Não serve para o fabrico de móveis. Será triturada e depois transformadas em pellets (aglomerados de sub produtos utilizados no aquecimento)", disse.

Os dados da ANSUB referem que, em 2013, o Litoral Alentejano era responsável por 67 por cento da produção de pinhões no país (que então abastecia 15 por cento do mercado mundial), gerando proveitos financeiros entre os 50 e os 70 milhões de euros.

RESINA VOLTA A SER COMPATÍVEL COM PINHÕES

Houve uma época em que Portugal era dos maiores exportadores mundiais de pinhão. Do porto de Setúbal partiam regularmente, sobretudo para Itália e para a Turquia, navios carregados com 50 toneladas de pinhas. Atualmente, a exportação tem uma dimensão muito mais reduzida. Apesar de os pinhais nacionais ainda serem responsáveis por cerca de cinco por cento da produção mundial, variando a entre as 800 e as 1600 toneladas anuais, já nem sequer existem unidades industriais em funcionamento capazes de preparar o produto.

"Neste momento a maior parte da produção é encaminhada, de camião, para uma fábrica de Valladolid, em Espanha. No distrito de Setúbal só já trabalha uma fábrica, no concelho de Grândola", disse o presidente da ANSUB.

Mas, apesar do declínio que se verifica nos últimos anos, há outras opções produtivas que estão a ser estudadas e aplicadas de modo a dissuadir o abandono da atividade. Atualmente, dizem os responsáveis das associações de produtores florestais, já há quem esteja novamente a produzir pinhão e resina em simultâneo. Experiências científicas desenvolvidas na zona de Alcochete têm demonstrado que os químicos utilizados no processo de extração da resina não deixam qualquer vestígio nos pinhões, nomeadamente de ácido sulfúrico, uma das substâncias utilizadas. Desse modo uma só árvore, ao contrário do que vinha acontecendo, pode ser responsável pela produção de dois produtos diferentes.

No distrito, de acordo com Pedro Silveira, ainda existem cerca de 120 mil hectares plantados com pinheiro manso. É destas explorações, que ainda empregam centenas de pessoas, que sai o pinhão branco, aquele que é considerado o mais valioso mas que, no entanto, apenas estará a render dinheiro às grandes superfícies comerciais: "Os consumidores finais estão a comprar o pinhão ao dobro do preço do que o de saída da fábrica. Quando sai da fábrica tem um custo de cerca de 50 euros, mas depois no supermercado é frequentemente vendido por 100 ou 120 euros. Estes valores fazem com que os consumidores se virem para outras opções, nomeadamente o produto chinês, que chega ao país sem grande controlo e acaba por ser negociado como se fosse nacional. As pessoas acabam por comprar gato por lebre".

Para por termo a uma prática que, dizem os produtores, acaba por ser lesiva para todas as partes envolvidas e até para o Estado, que não estará a receber os impostos devidos, a ANSUB tem vindo a preparar um projeto que visa a classificação de origem protegida. "Ainda não sabemos quando é que poderemos ter essa denominação, mas estão a ser realizadas todos as diligências nesse sentido", acrescentou Pedro Silveira, salientando que esta poderá ser uma mudança decisiva para os 210 associados da associação. ■

Redes organizadas furtam pinhas

O furto de pinhas é uma atividade corriqueira nos concelhos alentejanos do distrito de Setúbal. A ANSUB tem vindo a denunciar esta prática ao longo dos anos mas, conforme diz o seu presidente, apesar dos inúmeros contactos com os tribunais e procuradores locais, não tem sido possível travar os prejuízos. "É verdade que por vezes, devido às quebras produtivas, há quem não apanhe as pinhas. Também é verdade que não existe mão-de-obra em quantidade para fazer o trabalho e que, por outro lado, os apanhadores tradicionais já quase não existem, sendo progressivamente substituídos por equipamento mecânico, mas a verdade é que os furtos são constantes, conforme se vê pelas notícias de algumas apreensões, quase sempre de toneladas", referiu Pedro Silveira. "Existem locais de comercialização de pinhas furtadas que estão referenciados, assim como há circuitos de receção identificados. Para que este tipo de crime seja travado é necessário, no entanto, que alguém atue", disse ainda o mesmo responsável, lembrando que uma pinha demora em média cerca de três anos a crescer na árvore.

SETE ANOS DEPOIS, O BAIRRO CONTINUA SEM ÁGUA NEM LUZ

Moradores de Penajoia manifestam-se descontentes com o silêncio do IHRU

Quando escurece desligam-se os geradores para que os que vão trabalhar de manhã possam descansar. A água é recolhida nos fontanários públicos. Acordo feito no verão já leva algumas crianças à escola.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

COM CERCA de sete anos de existência, o bairro clandestino de Penajoia, no concelho de Almada, continua a enfermar de alguns dos mais graves problemas de que sofria no início. Não há eletricidade nem água canalizada, apesar de a comissão de moradores insistir nas negociações para que cada agregado passe a pagar os preços a estipular. Muitas crianças ainda não frequentam as escolas públicas, mesmo tendo em conta os apoios de algumas instituições locais. O inverno anuncia-se frio e chuvoso e as perspetivas de uma melhoria nas condições de vida das mais de 3.000 pessoas que ali residem não são as melhores. O Estado, proprietário do terreno, não parece disposto a conversar com ninguém.

"A situação de precariedade mantém-se a quase todos os níveis. Não há água, a não ser aquela que cada um vai buscar com bidões aos fontanários, e não há eletricidade a não ser a dos geradores particulares, que têm de ser desligados à noite para deixar descansar os que de manhã têm de ir trabalhar", afirma ao Semmais Arménio Freitas, membro da comissão de moradores local.

Residente no bairro desde 2023, o mesmo elemento da comissão de moradores entende que a falta de resolução de alguns dos principais problemas fica a dever-se ao IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. "São os donos do terreno, mas esta administração, ao contrário da anterior, não fala com ninguém. Gostaríamos que nos recebessem, porque toda a gente que aqui mora está na disposição de pagar eletricidade e água. É uma estupidez o Estado não querer receber. Já a câmara de Almada, juntamente com a junta de freguesia e o Centro Cristo Rei (Centro Social e Paroquial de Cristo Rei) têm ajudado como podem. Agora, muitas das nossas crianças já podem ir para as creches e para a escola. Devemos-lhes isso, mas ainda há muita coisa para fazer", acrescenta.

A ajuda aludida por Arménio Freitas acabou por ser confirmada ao nosso jornal pela diretora técnica do centro comunitário. "Temos neste momento 29 crianças de Penajoia que frequentam o Agrupamento Escolar Miradouro de Alfazina e a EB 2,3 do Monte da Caparica. Só não temos mais porque não há vagas", diz Mónica Azevedo.



IMAGEM DR

Sobre a integração das crianças de Penajoia no sistema escolar, a mesma responsável entende que a mesma está a decorrer nos moldes em que, por norma, se processa a integração das crianças oriundas de outros países. "É uma situação igual, por exemplo, à das crianças do Raposo (outro bairro degradado do concelho). Por vezes há algumas dificuldades na língua, mas não é nada que não se ultrapasse", refere.

COMISSÃO DIZ QUE POBRE NÃO É SINÓNIMO DE CRIMINOSO

"Aqui moram pessoas que trabalham. Se vier ao bairro entre as 8h e as 17h, praticamente só encontra algumas crianças e idosos. Todo o resto está a trabalhar" diz Arménio Freitas, desmontando a teoria de que em Penajoia as pessoas vivem à margem da lei.

"A maior parte das pessoas trabalham. São portugueses, brasileiros, angolanos, guineenses, são-tomenses e trabalham na construção, nos serviços, nos transportes, na restauração, nos lares para idosos, nas limpezas. É preciso explicar que a população não é constituída por criminosos", acrescenta.

A ideia enraizada de que o bairro estará em crescimento porque surgem a cada dia mais construções clandestinas destinadas ao aluguer é também desmentida. "Ninguém está no bairro com ideia de fazer dinheiro. Pode acontecer, num ou noutro caso, que com o aumento da família se faça uma ou outra construção. Mas não é para alugar. É verdade que há procura para esse fim, mas a resposta não vai nesse sentido", diz o mesmo morador. ■

7 DIAS

PORTO DE SINES QUER DUPLICAR QUOTA DE MERCADO

O porto de Sines pretende duplicar a quota de mercado no hinterland ibérico, dos atuais 4% para 8% até 2030, apostando nas ligações ferroviárias a Espanha, na logística e na simplificação aduaneira. Segundo um comunicado da APS, esta meta integra o Plano Estratégico da empresa até 2030 e foi apresentada pelo presidente do conselho de administração, Pedro do Ó Ramos, no I Fórum Aduaneiro Ibérico, realizado entre os dias 12 e 14 deste mês.

CÂMARA DO BARREIRO MANTÉM TAXA DE IMI EM 0,35%

A câmara do Barreiro aprovou, quarta-feira, a manutenção da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,35% para os prédios urbanos, valor em vigor desde 2023, quando foi reduzido de 0,38%. A proposta, que será submetida à Assembleia Municipal, contou com os votos favoráveis do PS, a abstenção da CDU e os votos contra do PSD e do Chega.

MAIS DE UMA CENTENA DE PESSOAS PROTESTA PELA HABITAÇÃO



Convocada pelo movimento "Porta a Porta", a manifestação "Casa Para Viver" reuniu, no sábado, mais de uma centena de pessoas em Setúbal, num protesto em defesa de mais habitação pública e do controlo das rendas. Os paticipantes partiram da Praça do Quebedo e percorreram as ruas da cidade até à Praça do Bocage.

DOIS ENCAPUZADOS ASSALTARAM NOVO BANCO EM PALMELA

Dois encapuzados munidos de armas de fogo assaltaram, na quarta-feira de manhã, a dependência do Novo Banco junto ao Largo do Chafariz, em Palmela. Segundo o Destacamento Territorial de Setúbal da GNR, os dois assaltantes terão levado uma quantia em dinheiro, mas o montante do roubo não foi revelado. O caso já está sob investigação da Polícia Judiciária de Setúbal.



"É fundamental garantir o futuro da fábrica, defender o emprego e melhorar as condições de trabalho

ROGÉRIO NOGUEIRA, coordenador da Comissão de Trabalhadores da Volkswagen Autoeuropa, reeleito para um terceiro mandato

Projeto turístico na Comporta com 29 piscinas deixa ambientalistas da Zero incrédulos

Empreendimento proposto para a Comporta, numa zona protegida, é criticado pela Zero, que não compreende como é que se aprecia o plano que prevê mais 200 camas para uma região onde o aquífero é deficitário.

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável está a contestar a possibilidade de ser edificado na Comporta, concelho de Alcácer do Sal, uma nova unidade hoteleira cuja principal característica são as 29 piscinas projetadas. Mesmo sem que se saiba onde irá o promotor arranjar água para o empreendimento, porque tal ainda não se encontra especificado, já há contas feitas pelos ambientalistas, que apontam para um consumo diário e por cliente de 200 litros, valor que ultrapassa a média nacional.

"Seria um pesadelo" diz ao Semmais o representante local da Zero, Ricardo Filipe, acrescentando não acreditar que o projeto venha a ser aprovado, não só por estar previsto para uma Zona Especial de Conservação, mas sobretudo porque colocaria em causa o aquífero Tejo/Sado (margem esquerda) cuja reposição do caudal já é deficitária e estará na origem de diversos abatimentos de terreno.

"Há vários aspetos a serem ponderados e que, em condições normais, serão mais do que suficientes para travar a ideia do promotor do Hotel Rural Comporta Montes", adiantou o ambientalista. "Para além da questão da água, que é fundamental, temos ainda a construção numa área interdita e, por fim, um projeto que apresenta uma proposta de camas superior à que está legalmente estipulada para um empreendimento do género em solo rústico", acrescenta.

PROJETO PREVÊ MAIS DE 70 ALOJAMENTOS AUTÓNOMOS

No projeto cuja aprovação, a ocorrer, será sempre da responsabilidade da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo, prevê-se a construção de 72 alojamentos autónomos a que correspondem as 200 camas, a construção de um restaurante, de um bar, de um spa e das 29 piscinas (cujas características não foram descritas no projeto já submetido a consulta pública depois de ter sido elaborado um estudo prévio). "Ninguém sabe o que pretende o promotor ao apresentar deliberadamente um projeto repleto de ideias que legalmente não podem ser aceites. É que no que foi apresentado apenas se refere a abertura de dois furos para captura de água no subsolo. Mais dois furos para uma zona já muito carenciada e onde a sobrevivência da flora e da fauna parecem esquecidas. Mas não há sequer um esquema sobre a canalização para o empreendimento. Quanto à água para as tais 29 piscinas, apenas é referido que a mesma seria transportada em camiões cisterna. Não há referência quanto ao seu local de recolha", explica ainda Ricardo Filipe.



IMAGEM DR

O nosso jornal contactou também fonte da CCDR Alentejo que, explicando não conhecer pormenorizadamente o projeto, manifestou, no entanto, estranheza caso o mesmo seja aprovado com as previsões de consumo de água já conhecidas. ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

Quercus quer tentar impedir abate de 3600 sobreiros na zona industrial de Sines

A AICEP Global Parques pretende avançar com um projeto que prevê o abate de 3.600 sobreiros na Zona Industrial e Logística de Sines. Trata-se de um empreendimento que, de acordo com a associação Quercus, coloca em causa diversos pressupostos ambientais, desde a emissão de mais CO2 até à destruição de habitats protegidos e de áreas classificadas.

De acordo com declarações ao nosso jornal do diretor regional da Quercus, Luís Silva, já seguiram para o ICNF e para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) os pedidos para que o projeto seja refutado: "Existem diversos indicadores que justificam o nosso pedido, nomeadamente as contradições identificadas no Estudo de Impacte Ambiental e também a ausência de justificação para um projeto de tão grande dimensão".

Sem esquecer que ainda está em julgamento a destruição, em Sines, de uma lagoa natural para que pudesse surgir uma construção para funcionamento de um Data Center, o responsável da Quercus lembrou que a avançar esta pretensão da AICEP estarão em causa cerca de 350 hectares de floresta. "Estão a ser colocados em causa vários ativos ambientais de grande valor ecológico", refere.

Luís Silva diz que o Estudo de Impacte Ambiental apresenta incongruências, uma vez que aponta números diferentes quanto à quantidade de árvores a abater e lembra também que até as medidas compensatórias sugeridas não são suficientes: "Pretende-se abater árvores adultas e vir a plantar, numa área de um pouco mais de 32 hectares, um novo povoamento de sobreiros. Acontece que as novas árvores irão demorar a crescer 30 ou 40 anos. Existe, portanto, um claro déficit ecológico".



O ambientalista refere depois que o abate dos sobreiros terá ainda um grande impacto climático. O estudo apresentado fala na perda de capacidade de sequestro de CO2 na ordem das 32.403 toneladas, ao passo que as medidas compensatórias garantem, na melhor das hipóteses, 1.176 toneladas. "Se juntarmos a estes aspetos a destruição dos locais de nidificação, ao abandono do território por parte das aves que ali têm as suas crias, facilmente concluímos que existem danos irreparáveis e que devem ser devidamente ponderados", diz.

A Quercus argumenta ainda que as datas previstas para a execução de parte dos trabalhos de desmatação, entre setembro e dezembro do próximo ano, coincidem também com a época das chuvas, facto que poderá contribuir para a erosão dos terrenos numa extensão superior a 200 hectares. "Ir-se-á perder a estabilidade dos terrenos e também solos que são férteis. Aumenta, sem dúvida, a possibilidade de cheias", salienta por sua vez a presidente da associação, Alexandra Azevedo. ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

Comunidade Intermunicipal da Península aprova orçamento de 669 mil euros para o próximo ano

Representação em Bruxelas e promoção da península de Setúbal entre as apostas para o próximo ano. Municípios asseguram a maior parte dos custos da atividade da entidade regional.

REFORÇAR A PRESENÇA da península de Setúbal junto das instituições europeias e promover o território a nível nacional e internacional são duas das principais apostas da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal (CIMPS) para 2027. As prioridades constam do Plano de Ação aprovado na segunda-feira pelo Conselho Intermunicipal, em Alcochete, que prevê um orçamento de 668.860 euros.

Do montante global, 450 mil euros serão assegurados pelas quotizações dos municípios, enquanto os restantes 218.860 euros terão origem no Orçamento do Estado.

De acordo com a informação disponibilizada pela CIMPS, o plano assenta em três eixos estratégicos. O primeiro centra-se no "reforço da estrutura e na consolidação da organização interna da comunidade intermunicipal", que entra no seu segundo ano de funcionamento. Está igualmente previsto um estudo sobre o modelo de governação e gestão do abastecimento de água em alta.

A promoção da região constitui outra das vertentes de intervenção. Entre as iniciativas previstas estão a criação de uma marca regional, o lançamento de campanhas de divulgação nos mercados nacional e internacional e a melhoria dos portais Visit Península de Setúbal e Invest Península de Setúbal. O calendário inclui ainda a realização da primeira edição do Península de Setúbal Summit.

A representação da região em Bruxelas é também apontada como uma aposta estratégica. A iniciativa pretende reforçar a ligação às instituições europeias, antecipar decisões comunitárias com impacto na região e promover a criação de parcerias e a participação em consórcios internacionais, considerados importantes para aumentar a capacidade e a competitividade das candidaturas a financiamento europeu.

DIAGNÓSTICO ENVOLVEU MAIS DE 500 PARTICIPANTES

Na mesma reunião foi apresentado o diagnóstico que servirá de base ao Plano Estratégico 2028-2034. O trabalho decorreu ao longo de mais de 120 dias e envolveu 50 sessões de auscultação e debate, abrangendo 20 áreas temáticas e setores de atividade.

No processo participaram mais de 500 pessoas e entidades, entre autarcas, representantes de empresas, instituições de ensino, associações e cidadãos.

O documento será agora submetido à apreciação do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, que reúne mais de 40 representantes. A fase seguinte passará pela definição dos projetos considerados prioritários para a região. A apresentação pública do Plano Estratégico e a sua edição em livro estão previstas para os primeiros meses de 2027. ■

TEXTO **DAVID MARCOS**



IMAGEM **DR**

Lamas das etars podem ter sido espalhadas no distrito

A AGÊNCIA AMBIENTAL Zero acredita que possam ter sido depositadas nos campos dos concelhos alentejanos do distrito "muitas toneladas de lamas" que deveriam ter seguido para estações de tratamento e compostagem. O destino fraudulento e deposição ilegal dessas lamas (esgotos domésticos retirados das etars) já tinha sido denunciado pela organização em 2018, altura em que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) confirmou que as emissões de guia eletrónica de acompanhamento de resíduos (EGAR) nem sempre registavam o destino final dos materiais.

"O distrito é muito grande e sabemos que tem algumas empresas que fazem o transporte das lamas a partir do Algarve para locais de incineração, como por exemplo a Chamusca. Mesmo não tendo, para já, conhecimento do nome dos envolvidos no processo, será fácil de acreditar que algumas destas transportadoras sejam responsáveis pela deposição ilegal nos campos", disse ao Semmais o ambientalista Berke Meier.

Para o responsável da Zero, compete à APA fazer todo o controlo deste tipo de delito, uma vez que toda a informação das empresas tem de passar pelo seu crivo. "Possuem as guias e só têm de confirmar se os dados constantes das mesmas foram ou não cumpridos. Está lá tudo, inclusive os nomes das empresas que estarão a abandonar as lamas nos campos e a cometer graves crimes ambientais e para a saúde pública", diz. ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

PUBLICIDADE

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL N.º 143

Luís Manuel Rodrigues Vital Alexandre, Presidente da Câmara Municipal de Grândola, torna público que, a Câmara Municipal de Grândola deliberou, por unanimidade, na reunião ordinária de 21 de outubro de 2026, submeter a **proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT)** a um período de **discussão pública pelo prazo de 30 (trinta) dias,** conforme previsto no n.º 5 do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação –, bem como, promover a respetiva divulgação e publicitação no site oficial do Município. ----------

O REOT constitui o instrumento através do qual se sistematiza o balanço da execução dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) municipais e avalia as dinâmicas territoriais observadas, funcionando como o quadro de referência técnico que fundamenta a tomada de decisão quanto à necessidade de revisão, alteração ou revogação dos instrumentos em vigor. -----

A discussão pública decorrerá de 11 de novembro a 23 de dezembro. ----------

O referido relatório poderá ser consultado no sítio eletrónico do Município (www.cm-grandola.pt/balcao-virtual/gestao-de-territorio/planeamento) ou nas instalações da Divisão de Planeamento e Projeto da Câmara Municipal de Grândola, todos os dias úteis, mediante marcação prévia. ----------

No âmbito do referido período serão consideradas e apreciadas todas as sugestões e informações apresentadas, dirigidas ao Senhor presidente da Câmara Municipal, por escrito, em que conste a identificação, o endereço dos seus autores, a qualidade em se apresentam, e que especificamente se relacionam com este procedimento. Para o efeito, **encontra-se disponível no sítio eletrónico do Município um formulário** (https://arcg.is/1PLDvn6) elaborado com o propósito de agilizar a submissão de participações.

Para constar e para os demais efeitos, publica-se o presente Edital, e outros de igual teor vão ser afixados nos locais de costume e divulgados através do sítio eletrónico do Município de Grândola e da comunicação social. ----------

Grândola, Paços do Concelho, ao dia 09 do mês de novembro do ano de 2026. ----------

O Presidente da Câmara Municipal

- Luís Vital Alexandre -

VICE PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DIZ QUE PRIVADOS INVESTEM E A CÂMARA CONTROLA OS PREÇOS

Barreiro apresenta projetos para construção de 688 casas de renda acessível

No Barreiro estão a surgir respostas que visam transformar o concelho no maior aglomerado de rendas acessíveis do país. A Quinta das Canas e a Quinta dos Fidalguinhos são exemplos de urbanizações cuja construção não implica qualquer custo para o município. Os privados constroem e a câmara garante que as habitações chegam às famílias a preços controlados. Em entrevista ao Semmais, Rui Braga explica os projetos.

ENTREVISTA JOSÉ BENTO AMARO



Na Quinta das Canas está prevista a construção de 202 casas a cargo de um investidor privado. Em que fase se encontra o projeto?

A proposta para a construção das 202 habitações já foi aprovada em Assembleia Municipal e o concurso público será lançado nos próximos dias. Seguir-se-ão as fases legais, nomeadamente a apresentação de propostas, avaliação pelo júri, audiência prévia, adjudicação e celebração de contrato. Depois da assinatura o caderno de encargos fixa prazos máximos. O município aprova o anteprojeto em 30 dias, o adjudicatário pede o licenciamento nos 60 dias seguintes. A obra começa até 60 dias após o licenciamento e terá de estar concluída, com todas as licenças, no máximo de 60 meses após o início. A data concreta dependerá da proposta vencedora, mas fica estabelecido que os atrasos imputáveis ao parceiro têm sanções de um por cento do investimento por dia, valor esse que poderá chegar aos 20 por cento.

Qual o valor total do investimento neste empreendimento?

O município não investe um euro na construção. O parceiro privado financia, projeta, licencia e constrói as casas e as obras de urbanização num investimento estimado em 36,4 milhões de euros. O risco da obra - custos, derrapagens e atrasos - fica inteiramente do lado do privado. O município cede o terreno em direito de superfície, sem vender um único metro quadrado. Só começa a pagar quando as casas estiverem prontas e entregues. O valor máximo mensal é de cerca de 151.650 euros, que corresponde à renda máxima das famílias. No fim do contrato, o terreno e os edifícios ficam na posse do município. Acredito profundamente neste modelo, porque permite dar resposta ao problema da habitação sem endividar a câmara, sem esperar por fundos que não financiam a renda acessível a 100 por cento e sem vender património público. É a política de habitação que o país precisa de escalar.

Esta iniciava visa trazer novos residentes ou, ao invés, destina-se a dar uma alternativa aos residentes cujas habitações estão degradadas?

As 202 casas (64 T1, 96 T2 e 43 T3) destinam-se a arrendamento acessível. As rendas máximas são de 600 euros para um T1, 775 para um T2 e 925 para um T3. O alvo é a classe média: jovens que queiram sair da casa dos pais, famílias que trabalham e já não conseguem pagar o mercado e das pessoas que querem viver no Barreiro. Falamos do grupo que hoje não tem resposta nem no mercado nem na habitação social.

Que outros projetos imobiliários estão previstos a curto e médio prazo? Para que zonas e em que moldes?

A Quinta das Canas não é um caso isolado. Na Quinta dos Fidalguinhos o contrato já está assinado e prevê a construção de 486 casas de renda acessível, num investimento superior a 85 milhões. Somando estes dois empreendimentos, estamos em presença da maior resposta em renda acessível do país. No Barreiro estamos muito satisfeitos com o que conseguimos: O privado investe e constrói, e o município garante que as casas chegam às famílias preços controlados.

Quantas casas faltam no concelho?

Não precisamos de mais diagnósticos. Esse trabalho está feito e deixo-o para os especialistas. Há uma certeza que todos partilhamos e que é a de que existe uma necessidade permanente de habitação a preços comportáveis para a classe média. Basta falar com qualquer jovem barreirense que procura casa. A responsabilidade dos políticos é apresentar soluções e concretizá-las e não estarem a produzir ótimos diagnósticos. Por isso, em vez de discutirmos números, estamos a lançar concursos e a assinar contratos. ■

Autarquia de Alcochete estima já ter investido mais de 500 mil euros na recolha de biorresíduos

ENTRE FINANCIAMENTO do Fundo Ambiental e os recursos próprios, a câmara de Alcochete estima ter investido na recolha seletiva de biorresíduos, entre 2022 e 2025, cerca de 538 mil euros. O montante foi aplicado na aquisição de viaturas especializadas, contentores e outros equipamentos, sendo que a mais recente implementação aconteceu em outubro, com a instalação de novos contentores em Alcochete, São Francisco e Samouco.

De acordo com o município, "o primeiro contentor de proximidade para deposição seletiva de biorresíduos foi instalado em outubro de 2025". Agora, com o alargamento às três freguesias, existe um total de 16.

Contudo, o primeiro setor abrangido pela operação foi o não doméstico – onde se incluem estabelecimentos de restauração e hotelaria, cantinas escolares, superfícies comerciais e outros produtores de resíduos alimentares -, em dezembro de 2023, através de um sistema de recolha porta-a-porta".

No que respeita às quantidades encaminhadas para tratamento, os dados disponibilizados ao Semmais revelam que a recolha seletiva de resíduos alimentares passou de oito toneladas, em 2023, para 279 no ano seguinte, recuando para 208 em 2025. Segundo a câmara, "a diminuição registada entre 2024 e 2025 esteve relacionada com uma avaria na viatura afeta à recolha seletiva de biorresíduos alimentares".

Considerando também os resíduos verdes, o volume total recolhido atingiu 357 toneladas em 2023, subiu para 786 em 2024 e fixou-se em 780 no ano passado. Atualmente, o serviço dispõe de duas viaturas dedicadas à recolha.

Quanto à sensibilização, a autarquia refere que tem divulgado a iniciativa através do seu sítio eletrónico e das redes sociais. No setor não doméstico, "a equipa de recolha mantém um contacto direto e de proximidade, prestando acompanhamento e esclarecimentos sempre que necessário".

O próximo reforço está previsto para 2027, com a aquisição de uma nova viatura e o alargamento da rede destinada às famílias.

Quanto ao destino dos resíduos recolhidos, o município explica que são encaminhados "para tratamento biológico nas instalações da Amarsul", permitindo a sua valorização e reduzindo a deposição em aterro. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Oposição chumba orçamento e 'trava' investimentos no concelho da Moita em 2027

O presidente da câmara, o socialista Carlos Albino, fala de ausência de boa fé por parte da CDU e do Chega e garante que o executivo irá continuar a desenvolver o programa autárquico.



IMAGEM DR

CDU E CHEGA inviabilizaram a aprovação do orçamento da Câmara Municipal da Moita para 2027. É uma decisão que não faz perigar o executivo, mas que trava uma série de projetos que poderiam começar a ser planeados para o próximo ano, uma vez que agora não existe a possibilidade de fazer novas despesas.

Para o presidente do município, Carlos Albino, o chumbo do orçamento (de 73 milhões de euros) corresponde ao intuito da CDU de "ajudar a impedir que a câmara não desenvolva o seu trabalho". Em declarações ao nosso jornal o autarca revelou estar indignado pela decisão tomada pelos opositores, garantindo que a mesma terá repercussões numa série de projetos de interesse público: "Há, naturalmente, consequências para tudo o que é progresso. Travam-se investimentos ao nível da melhoria das vias de comunicação, da habitação, da construção de novas instalações para bombeiros e forças de segurança e da edificação de novos equipamentos desportivos e escolares".

Carlos Albino contou ainda ao Semmais que os argumentos dos comunistas para não aprovarem o orçamento foi abordado apenas um dia antes da votação: "Fizeram-nos chegar no domingo, um dia antes da reunião, um email referindo que pretendiam mais nove milhões de euros no orçamento para 2027. Não apresentaram, no entanto, quaisquer alternativas de corte. Quanto ao Chega, limitaram-se a dizer que não aprovavam a proposta do executivo porque a mesma não correspondia aos seus anseios. Também não indicaram as alterações que gostavam de ver aplicadas".

Dando um exemplo do que considera ser uma atitude sem sentido por parte da CDU, o edil conta que os comunistas exigem, por exemplo, a inclusão no orçamento de três milhões para construção de um infantário: "Mas onde é que vamos cortar para fazer essa obra, se antes não houve qualquer sugestão nesse sentido? É que as obras não se fazem assim. É necessário que exista um projeto, um ante projeto, o visto do Tribunal de Contas, concurso público, etc. São coisas que demoram muito tempo e que não podem ser sugeridas na véspera da discussão do orçamento, porque isso é inviável. Ficaria a obra por fazer e a câmara teria de justificar, com todas as consequências legais, o porquê de não ter executado um trabalho para o qual teria recebido verbas do Estado".

Outro exemplo diz respeito à habitação. Carlos Albino diz que a CDU preferia, para 2027, que o município contraísse um empréstimo de um milhão para comprar três habitações e que prescindisse do investimento na construção de casas de renda acessível. "Esquecem, por exemplo, que o dinheiro pedido por autarquias comunistas para esse tipo de aquisições continua por entregar. O Estado aprova o financiamento e depois tarda em pagar", afirma.

"CDU e Chega estão apenas a fazer política de terra queimada. Não fazem nem deixam fazer. Estão apenas a bloquear sempre que constatam que o executivo está a fazer algo positivo", diz ainda, lembrando que o voto contra trará consequências em setores como as acessibilidades e espaços públicos, a higiene urbana e até "na criação de novos postos de trabalho autárquico". "Estava previsto o reforço da capacidade operacional da câmara, com a contratação de novos funcionários. Essa pretensão cai por terra quando ficamos impedidos de fazer novas despesas", adianta.

O autarca entende agora que o executivo a que preside terá de "avaliar tudo o que se passou e que é revelador da ausência de boa fé". "Terá de ser a população a dar um sinal de descontentamento: Nós, entendemos que reunimos todas as condições para continuarmos a desenvolver o programa autárquico apresentado". ■

TEXTO **JOSÉ BENTO AMARO**

Município do Seixal investe mais de dois milhões na rede em alta



IMAGEM DR

A CÂMARA do Seixal vai avançar, no próximo ano, com cinco novos furos de captação de água, depois de ter executado três este ano, em localidades como Belverde, Torre da Marinha e Fernão Ferro. O reforço integra o plano de renovação e ampliação da rede de abastecimento do concelho que o município tem vindo a executar.

A informação foi confirmada ao Semmais pelo presidente da autarquia, Paulo Silva, depois do executivo ter aprovado, em outubro, a abertura de um concurso público que, dividido em cinco lotes, implica um investimento estimado em 2,09 milhões de euros na rede em alta. "Não queremos que a água falte na torneira da nossa população", afirma o autarca, aludindo ao foco da edilidade no reforço contínuo das captações para evitar problemas no abastecimento.

Paulo Silva esclarece que o investimento já estava previsto e que não resulta dos problemas de abastecimento registados durante o verão no concelho vizinho de Almada. "Tem a ver com a renovação que temos vindo a fazer. Os furos são muito importantes para assegurar o reforço da operação, mas não nos podemos esquecer que temos alguns equipamentos que se estão a aproximar do final da sua vida útil", explica o edil.

Além disso, o autarca salienta que as intervenções procuram também dar resposta às novas exigências colocadas ao serviço de abastecimento de água pelo crescimento populacional. De acordo com estimativas do Instituto Nacional de Estatística, o Seixal conta atualmente com uma população de cerca de 200 mil habitantes, quando em 2021, nos últimos censos, rondava os 167 mil.

A aposta nas infraestruturas de abastecimento estende-se além dos novos furos, que deverão totalizar oito até 2027. Exemplo disso, foi a ampliação do Centro de Distribuição de Água de Belverde, inaugurada pela câmara em abril, numa obra que representou um investimento de cerca de três milhões de euros.

Esta intervenção contemplou a construção de um reservatório de 4000 metros cúbicos, uma nova central elevatória, novas condutas e a requalificação do depósito elevado existente. Segundo Paulo Silva, as melhorias permitiram triplicar a capacidade de reserva, beneficiando mais de seis mil habitantes da Quinta do Pinhão, Marisol, Verdizela, Belverde, Quinta da Queimada e Valadares.

Os próximos investimentos, segundo o município, incluem ainda a interligação de centros de distribuição e o reforço da capacidade de reserva na Torre da Marinha e em Fernão Ferro.

Atualmente, a rede de abastecimento do Seixal dispõe de 28 captações subterrâneas, seis centros de distribuição, sete depósitos elevados e oito apoiados. ■

TEXTO **DAVID MARCOS**

VÍTOR ANTUNES, DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E MARKETING DA MADRE DEVELOPMENT

“Setúbal pode ser uma primeira escolha e não apenas uma alternativa a Lisboa”

A MADRE está a desenvolver em Setúbal um investimento imobiliário superior a 300 milhões de euros, que prevê 676 apartamentos e três hectares de espaços verdes públicos. O Parque da Cidade pretende criar uma nova centralidade urbana e afirmar-se como um dos maiores projetos imobiliários em curso no país. A empresa acredita no potencial da cidade, defende que é possível conciliar qualidade e preços competitivos e assume que o empreendimento poderá funcionar como catalisador de novos investimentos.



ENTREVISTA RAUL TAVARES

O Parque da Cidade representa um dos maiores investimentos imobiliários atualmente em desenvolvimento a sul do Tejo. O que levou a MADRE a escolher Setúbal para um projeto desta dimensão?

Acreditamos que, perante a saturação dos grandes centros urbanos, a promoção imobiliária tem de ser capaz de identificar novos territórios com potencial e de o transformar em oportunidades concretas. Setúbal passou com facilidade os critérios que consideramos fundamentais para um projeto desta natureza. Estamos perante uma cidade com identidade própria, história, cultura, população, atividade económica e infraestruturas. Tem ainda elementos diferenciadores, como a Serra da Arrábida e Troia, que proporcionam uma qualidade de vida muito interessante, sobretudo ao nível do lazer. A proximidade a Lisboa e a facilidade de ligação a outros pontos de interesse da região também são vantagens importantes. Este conjunto de fatores tornou Setúbal uma escolha muito natural. E não somos os únicos a reconhecer esse potencial. Existem atualmente vários projetos de construção nova na cidade, alguns de dimensão e qualidade consideráveis.



O que distingue o Parque da Cidade desses outros empreendimentos que estão a surgir em Setúbal?

Desde logo, a dimensão e a escala do investimento. Estamos a falar de mais de 300 milhões de euros, de 676 apartamentos, de um novo bairro e de uma nova centralidade urbana. Mas há outros elementos diferenciadores. O projeto integra cerca de 30 mil metros quadrados de espaços verdes, com diferentes equipamentos e valências. No fundo, Setúbal ganha um novo pulmão verde, que contribui para expandir a cidade de forma estruturada e com preocupação pela integração urbana. Não queremos apenas construir habitação. Pretendemos desenvolver um espaço com qualidade, pensado para responder às exigências atuais das famílias e com capacidade para deixar uma marca positiva e duradoura na comunidade.

Acreditam que este investimento pode ajudar a afirmar Setúbal como uma das cidades mais atrativas do país?

Sem dúvida. Fala-se muito da necessidade de encontrar alternativas aos grandes centros urbanos, particularmente a Lisboa. Mas acreditamos que Setúbal pode ser mais do que uma alternativa: pode ser uma primeira escolha. Pela sua dimensão, o Parque da Cidade acaba também por funcionar como um embaixador da cidade. Um projeto desta natureza transmite confiança ao mercado, demonstra que existe potencial e pode atrair outros promotores e investidores, mesmo que trabalhem a uma escala mais pequena.

> *“O projeto acaba também por funcionar como um embaixador da cidade.*

Pode haver efeito de arrastamento, é isso?

Sim, e acreditamos que vai acontecer de forma orgânica. Os próprios indicadores do mercado imobiliário mostram que Setúbal está a ganhar protagonismo. Em 2025, a cidade chegou a registar a maior subida do preço da habitação a nível nacional, segundo os dados que acompanhámos. Há uma crescente atenção do mercado à cidade e estamos muito satisfeitos por fazer parte desse movimento.

A relação com o município tem acompanhado esta visão de transformação urbana?

A questão do licenciamento é mais um dos desafios para quem desenvolve projetos imobiliários. Apesar dos esforços recentes para simplificar os processos, municípios e promotores têm de lidar com vários procedimentos. Em Setúbal, onde este empreendimento foi muito bem acolhido, a relação com a autarquia tem sido muito cordial e profissional, criando assim as condições adequadas ao normal desenvolvimento do projeto.

O empreendimento foi pensado à escala de um bairro. Que condições vai oferecer a quem escolher ali viver?

Apesar da dimensão do projeto, houve sempre a preocupação de o pensar à escala humana. Isso está refletido nos 30 mil metros quadrados de espaços verdes, mas também na conceção dos próprios edifícios e dos apartamentos. Temos tipologias T1, T2, T3 e T4, com plantas cuidadosamente desenhadas para otimizar os espaços e proporcionar conforto às famílias. Os edifícios incluem quatro elevadores, estacionamento, arrecadações e várias zonas comuns, que acrescentam valor à experiência de habitar. Destaco espaços como o "Lounge & Fire Pit", as áreas de "Coworking" e o "Riverside Club", um espaço de convívio e socialização. Existem também apartamentos com grandes varandas e outras soluções pensadas para proporcionar bem-estar. Queremos que as pessoas encontrem aqui muito mais do que uma casa. Que tenham condições para viver, trabalhar, criar os seus filhos e usufruir de um ambiente que privilegia a qualidade de vida.

O Parque da Cidade pretende acolher diferentes gerações e perfis de famílias?

Exatamente. O projeto foi pensado para responder a diferentes momentos da vida. Desde os jovens que estão a iniciar o seu percurso e procuram a primeira habitação, às famílias que precisam de mais espaço, até às pessoas numa fase mais avançada da vida, que procuram uma tipologia mais pequena, mas valorizam a localização, as vistas e a tranquilidade. Temos aqui uma combinação muito interessante: privacidade, desafogo, contacto com a natureza e sossego, mas com a conveniência de ter a cidade à porta.

PARQUE DA CIDADE EM NÚMEROS

Investimento da MADRE em setúbal

+300 M€
Investimento previsto

158
Apartamentos na primeira fase

676
Apartamentos previstos

100
Frações já vendidas das primeiras 158 colocadas no mercado

3 ha
Espaços verdes públicos

2028
Previsão das primeiras entregas

> *"Não queremos apenas construir habitação. Pretendemos desenvolver um espaço com qualidade, pensado para responder às exigências atuais das famílias.*

Há quem associe empreendimentos desta dimensão a um posicionamento elitista. Como respondem a essa perceção, sobretudo num contexto de dificuldades de acesso à habitação?

Percebemos que essa perceção possa resultar da qualidade dos materiais de comunicação, da arquitetura e da própria imagem do projeto. Mas convidamos as pessoas a conhecerem o empreendimento e a compreender que esse não é o posicionamento. Temos tido muito boa recetividade por parte de quem nos visita. Em pouco mais de sete meses, das cerca de 158 frações que lançámos, conseguimos vender 100. É um resultado que demonstra que o mercado reconhece a competitividade da nossa oferta.

A sustentabilidade ambiental é igualmente uma dimensão importante do projeto?

Hoje, qualquer promotor tem de responder a exigências cada vez mais rigorosas em matéria de sustentabilidade, desde a componente energética à gestão dos recursos hídricos. São critérios que fazem parte dos próprios processos de licenciamento. No Parque da Cidade, essas preocupações estão salvaguardadas desde a conceção. Os edifícios foram pensados para proporcionar elevados níveis de conforto térmico e acústico, e os apartamentos apresentam certificações energéticas de elevado desempenho. Mas a sustentabilidade também se traduz na relação do empreendimento com o espaço público e na criação de condições para que as pessoas possam usufruir do exterior.

Os três hectares de espaços verdes vão estar disponíveis para toda a população, e não apenas para os moradores?

Os 30 mil metros quadrados do parque urbano são de utilização pública. Qualquer pessoa poderá usufruir daquele espaço. Terá caminhos pedonais, ciclovias, zonas de lazer, espaços de meditação, áreas de exercício físico ao ar livre, parques infantis e espaços destinados aos animais de companhia. Estão previstos nove ou dez pontos de equipamentos de fitness. É um investimento privado que vai deixar um equipamento público ao serviço da cidade. Ficamos particularmente satisfeitos por imaginar que, no futuro, as pessoas poderão deixar de correr na estrada e passar a utilizar os percursos do próprio parque.

A chegada de centenas de famílias vai representar também uma pressão adicional sobre os serviços e as infraestruturas da cidade. Que dimensão poderá atingir esta nova comunidade?

As infraestruturas do empreendimento foram todas desenvolvidas de raiz e houve uma preocupação especial pelas áreas de comércio e pelos espaços exteriores, como é exemplo o parque urbano com 3 hectares. Perspetiva-se que vá haver uma boa dinamização do comércio e serviços locais, com a chegada de novas famílias e com a mudança de muitas pessoas que já habitam em Setúbal e que procuram na cidade uma habitação mais qualificada.

E a ligação ao resto da cidade? Está prevista uma integração através de um corredor verde?

O Parque da Cidade tem os seus 30 mil metros quadrados de espaço urbano, mas existe também uma visão mais abrangente prevista nos instrumentos de planeamento municipal. O Plano Diretor Municipal contempla um corredor verde que deverá ligar esta zona ao centro da cidade, através de ciclovias, percursos pedonais e espaços de lazer. Trata-se de um projeto da responsabilidade do município, que já estava previsto e que acreditamos poder ganhar maior impulso com a concretização do Parque da Cidade. Essa ligação vai reforçar a acessibilidade e a integração do empreendimento na malha urbana, tornando a localização ainda mais interessante.

Em que fase está atualmente o projeto e quando poderão os primeiros moradores ocupar os apartamentos?

Os primeiros edifícios, que representam 158 apartamentos, já estão em construção, sendo previsível termos as primeiras entregas no primeiro semestre de 2028. Um aspeto que consideramos particularmente importante é o facto de os 30 mil metros quadrados do parque urbano já estarem construídos e executados.

A MADRE tem outros investimentos previstos para Setúbal ou a prioridade está totalmente concentrada neste empreendimento?

Neste momento, estamos completamente focados no Parque da Cidade. É um projeto de enorme dimensão e responsabilidade, que exige a nossa máxima atenção e capacidade de execução.

Que responsabilidade assume a MADRE perante a cidade, para além da construção e comercialização dos apartamentos?

Sentimos que estamos a participar em algo que é maior do que uma operação imobiliária. É um projeto que vai ter um impacto muito positivo na cidade e que poderá acrescentar valor às gerações futuras. O nosso interesse é que, durante os próximos anos, enquanto estivermos envolvidos no desenvolvimento do Parque da Cidade, consigamos contribuir para valorizar ainda mais a cidade. A dinâmica da criação desta nova centralidade criará mais atividade, em todas a vertentes, desde a construção até aos serviços de apoio. Queremos ser parte ativa desse processo, contribuindo assim positivamente para a criação de valor para a comunidade.

E sentem que os setubalenses já reconhecem esse propósito?

Sentimos por parte das pessoas um excelente acolhimento do empreendimento, que resultou na excelente dinâmica comercial que temos tido até ao momento.

GINASTA DA ESTRELA MOITENSE REVELA ESTRATÉGIA DE BASTIDORES NA CHINA

Decisão na final abriu caminho ao ouro mundial de Vasco Peso

TEXTO DAVID MARCOS

Depois de meses de preparação e de um regresso à China marcado por más recordações, o atleta tornou-se o primeiro português campeão mundial de tumbling. Alteração de estratégia no último salto revelou-se decisiva.



IMAGEM DR

VASCO PESO regressou à China determinado a apagar as memórias dos Jogos Mundiais de 2025, nos quais competiu lesionado. No início deste mês, o ginasta da Sociedade Filarmónica Estrela Moitense saiu de Nanjing com o título mundial de tumbling, depois de se ter sagrado campeão europeu em Portimão em abril.

Para transformar as más recordações numa conquista histórica, o atleta de 24 anos conta ao Semmais que sacrificou grande parte das férias e intensificou os treinos, numa preparação que exigiu tanto do ponto de vista físico como psicológico. "Tudo foi planeado ao detalhe", revela, explicando que se preparou "mentalmente para cada cenário possível que pudesse acontecer durante qualquer fase da prova".

O momento decisivo chegou na final, quando viu dois dos principais adversários falharem. Apesar de ter preparado uma série mais exigente, optou por alterar o último salto. "Virei-me logo para o meu selecionador nacional e disse que ia baixar um bocadinho a dificuldade", relata. A prioridade passou a ser assegurar a receção de pé e evitar riscos desnecessários.

"Sabia que tinha a possibilidade de ir ao pódio, treinei para isso, mas nada me preparava para essa oportunidade de ganhar", admite. A decisão permitiu-lhe alcançar 31.000 pontos e tornar-se o primeiro português a vencer um mundial de tumbling. Na China, o ginasta integrou também a o conjunto nacional que arrecadou a medalha de bronze na competição all around por equipas.

FUTURO 'DOURADO' CONTINUA INCERTO

Apesar de considerar a conquista "surreal", Vasco Peso receia não poder voltar a defender os títulos. É o quarto ginasta da história da modalidade a conquistar os dois campeonatos no mesmo ano, mas a falta de apoios financeiros poderá afastá-lo da competição.

"Sinto que tinha muito para dar ainda no desporto e estou a sair por obrigação, por sobrevivência", afirma o atleta, que está a tentar sensibilizar o IPDJ, a câmara da Moita e outras entidades para conseguir uma remuneração mensal. "Estou à espera que alguém se chegue à frente para fazer uma proposta de salário para eu continuar a competir", acrescenta.

Se a situação não mudar, prevê despedir-se após os Jogos Europeus de junho de 2027 e o Cirque du Soleil pode ser uma alternativa profissional. "Já recebi dois convites para integrar os espetáculos", revela, explicando que os recusou por querer concluir os estudos e prosseguir a carreira desportiva.

O ginasta, que estudou Tecnologia Biomédica no Politécnico de Setúbal, mantém contacto com um responsável pelo recrutamento e admite já ter um espetáculo em vista. Até lá, espera que os títulos ajudem as gerações seguintes. "Eu queria poder defender os meus títulos", confessa, mas afirma que não pretende continuar a adiar a sua independência. ■

Neemias Queta ganha protagonismo e recebe elogios nos Celtics

O internacional tem reforçado a importância na equipa de Boston, tanto na defesa como no ataque. Joe Mazzulla destaca uma evolução que considera pouco reconhecida, enquanto o jogador admite que ainda tem margem para melhorar.

NEEMIAS QUETA está a conquistar um espaço cada vez mais relevante nos Boston Celtics. O poste natural do Barreiro tem integrado regularmente o cinco inicial, assumindo novas responsabilidades numa equipa que somou 11 vitórias nos primeiros 13 encontros da temporada.

Nos jogos, o internacional português acumulou cerca de 118 pontos, 86 ressaltos, 23 assistências e 17 desarmes de lançamento, com uma média de 9,1 pontos por partida. Frente aos Toronto Raptors, destacou-se com 11 pontos, 13 ressaltos e três desarmes, contribuindo para o triunfo por 98-93.

A evolução também se nota no lançamento exterior. Neemias converteu quatro das cinco tentativas de três pontos neste arranque de época, acrescentando uma nova solução ofensiva ao trabalho habitual perto do cesto.

"Quanto mais completo e versátil conseguir ser, mais posso jogar em função dos outros e permitir que sejam as melhores versões de si próprios", afirmou, em declarações divulgadas pelo CelticsBlog. O barreirense reconhece também a exigência do treinador. "O facto de ele ser duro comigo não me afeta propriamente. Acho que, na verdade, ele precisa de ser ainda mais duro comigo", acrescentou o basquetebolista.

Joe Mazzulla tem correspondido com elogios públicos, apesar da exigência que coloca sobre o poste. "Sinto que o seu crescimento e o seu papel têm passado um pouco abaixo do radar", afirmou após a vitória sobre os Dallas Mavericks, por 131-94, encontro em que Neemias somou oito pontos e seis ressaltos em 15 minutos.

"Ele é mais importante do que apenas na defesa, mas também é importante no balneário, e tem o seu papel no ataque", acrescentou o técnico, destacando a capacidade do atleta para criar oportunidades aos colegas, adaptar os sistemas defensivos e proteger o cesto. O treinador salientou ainda a inteligência defensiva de Neemias, sobretudo na capacidade de ajustar a marcação aos adversários e responder às exigências de cada encontro.

A relação entre ambos combina exigência, cobrança e confiança. Depois de um lance frente aos Charlotte Hornets, Mazzulla surpreendeu ao abraçar Neemias durante um desconto de tempo. "Em vez de apenas gritar com ele, dei-lhe um abraço", explicou, sublinhando que a posição de poste implica "uma pressão tremenda" nos dois lados do campo.



IMAGEM DR

Para o treinador, a evolução traduz-se sobretudo na confiança conquistada. "Todos querem tornar-se no jogador em que precisamos de confiar e ele tem sido isso para nós", concluiu. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Vitória assinala 116 anos de história entre a glória do passado e a ambição de regressar à elite

Fundado em 1910, o clube construiu um percurso marcado por conquistas nacionais, noites europeias e uma ligação profunda à cidade. Depois de anos de dificuldades, a direção acredita estar em curso uma nova etapa.





IMAGENS DR

O VITÓRIA Futebol Clube assinala esta sexta-feira, 20 de novembro, o 116.º aniversário. Com um passado marcado pelas conquistas da Taça de Portugal, por noites memoráveis nas competições europeias e por uma forte ligação à cidade de Setúbal, o emblema procura agora ultrapassar os anos de instabilidade e recuperar o protagonismo que o colocou entre as referências do futebol português.

A história começou em 1910, quando Joaquim Venâncio, Henrique Santos e Manuel Gregório, na sequência de divergências com o Bomfim Foot-ball Club, decidiram fundar uma nova coletividade. O projeto ganhou forma em maio de 1911, durante a primeira Assembleia Geral, ocasião em que foi adotada a designação Victória Foot-ball Club, por sugestão de Joaquim Correia da Costa.

Numa cidade profundamente ligada à indústria conserveira, o clube rapidamente conquistou um lugar de destaque na vida local. Inaugurado em 1913, o Campo dos Arcos tornou-se a primeira grande casa dos vitorianos e acompanhou o crescimento de uma instituição que, nas décadas seguintes, se afirmaria no panorama desportivo nacional.

Entre os primeiros marcos contam-se as conquistas do Campeonato de Lisboa, nas épocas de 1923/24 e 1926/27, numa altura em que os sadinos disputavam as competições da capital. Em 1934/35, o Vitória integrou o restrito grupo de oito clubes que participaram na primeira edição do Campeonato da Liga, antecessor do atual campeonato nacional.

A inauguração do Estádio do Bonfim, em 1962, abriu um novo capítulo na história. Construído com o envolvimento da população, o recinto tornou-se um símbolo da ligação entre o clube e a cidade, servindo de palco a alguns dos momentos mais marcantes do futebol setubalense.

A década de 1960 trouxe as primeiras grandes conquistas nacionais. Em 1965, derrotaram o Benfica por 3-1, conquistando a primeira Taça de Portugal. Dois anos depois, voltaram a erguer o troféu, desta vez frente à Académica, a quem venceram por 3-2, após prolongamento.

Seguiu-se um período de afirmação entre os principais clubes portugueses. Com figuras como Jacinto João, Vítor Baptista, José Maria e Fernando Tomé, o Vitória passou a ocupar regularmente os lugares cimeiros do campeonato, alcançando, em 1971/72, o segundo lugar, a melhor classificação de sempre na competição.

O reconhecimento ultrapassou as fronteiras nacionais. Nas provas europeias, os sadinos mediram forças adversários como Liverpool, Inter de Milão, Fiorentina e Leeds United. Entre o final da década de 1960 e o início da seguinte, alcançaram por quatro vezes os quartos de final das competições europeias.

Depois dessa época de ouro, o percurso ficou marcado por períodos de maior instabilidade, embora tenham surgido novas conquistas para celebrar. Em 2005, o Vitória venceu a terceira Taça de Portugal, novamente frente ao Benfica, por 2-1. Três anos depois, juntou ao palmarés a primeira edição da Taça da Liga, ao derrotar o Sporting.

RECUPERAR A ESTABILIDADE E PREPARAR O FUTURO

As dificuldades financeiras, acumuladas ao longo de décadas, acabariam por comprometer a sustentabilidade desportiva. Em 2020, o Vitória deixou de integrar as competições profissionais e, em 2024, a falta de licenciamento conduziu-o aos distritais.

É neste cenário que o presidente, Francisco Alves Rito, identifica sinais de mudança. Ao Semmais, o dirigente disse que o clube atravessa um "momento de viragem" e sublinha que está "há cerca de dois anos novamente a subir em termos desportivos". O objetivo, afirma, passa por devolver o Vitória ao lugar que considera ser o seu "entre os maiores do futebol português na Primeira Liga".

A recuperação financeira constitui outra frente essencial. Segundo o presidente, o cumprimento do plano de recuperação permitiu reduzir o passivo de cerca de 9,5 milhões para 4,8 milhões. Os projetos imobiliários do Bonfim e do Vale do Cobro são apontados como peças fundamentais para garantir a sustentabilidade futura.

Mas a identidade vitoriana não se esgota no futebol sénior. O ecletismo continua a fazer parte da vida do clube, que conta atualmente com 16 equipas de formação no futebol e estreou uma equipa feminina exclusivamente sua. Nas restantes modalidades destacam-se os resultados alcançados no judo, os títulos mundiais no kickboxing e o desempenho da ginástica.

TEXTO **DAVID MARCOS**

PUBLICIDADE



TEATRO ESTÚDIO FONTENOVA APRESENTA NOVA CRIAÇÃO EM SETÚBAL

“Stabat Mater” coloca em palco a dor materna e problemas da sociedade



IMAGEM DR

A partir da procura de um filho desaparecido, o espetáculo aborda a precariedade, a discriminação e a imigração.

TEXTO DAVID MARCOS

A HISTÓRIA de uma mãe solteira que procura desesperadamente o filho desaparecido serve de ponto de partida para “Stabat Mater”, a nova criação do Teatro Estúdio Fontenova, que até domingo está em cena no Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal.

Interpretada por Sara Túbio Costa, a peça cruza a dor materna com questões sociais, num retrato marcado pela solidão e pela exclusão. A escolha do texto de António Tarantino, disse o encenador José Maria Dias ao Semmais, surgiu da vontade de abordar “os direitos das mulheres, a imigração, a discriminação”, temas que considera particularmente relevantes na sociedade atual.

“Nós, como companhia, fazemos sempre textos que digam alguma coisa ao público, que não sejam só entretenimento”, afirmou, acrescentando que o objetivo passa por “sensibilizar as pessoas para outros assuntos, para outras causas”.

Originalmente italiano, o texto exigiu um trabalho de adaptação dramatúrgica à realidade portuguesa. Segundo o encenador, foi necessário rever referências culturais e expressões próprias de Itália, para transportar para a narrativa questões como a precariedade, as dificuldades habitacionais e a xenofobia.

A construção da personagem representou outro desafio, sobretudo pela intensidade emocional exigida à atriz. José Maria Dias explicou ainda que a cenografia procura traduzir a instabilidade da protagonista, inserindo-a “naquilo que é a confusão da sua vida”, enquanto enfrenta sucessivas dificuldades na tentativa de recuperar o filho.

MÚSICA ORIENTAL REFORÇA REFLEXÃO SOBRE IMIGRAÇÃO

A dimensão social do espetáculo estende-se à música ao vivo de Ustad Fazel Sapand, músico afegão radicado em Portugal. O recurso a sonoridades orientais pretende aproximar os espectadores de culturas menos familiares, reforçando a reflexão sobre a imigração. “Temos culturas diferentes da nossa, mas que são tão ricas e às vezes são difíceis de absorver. Esta sonoridades em particular, sabemos que existem, mas não temos contacto com elas diariamente, não estamos familiarizados com elas. Não estão na zona de conforto do público, diria”, referiu o criativo.

É também neste contexto que José Maria Dias procura “desmistificar essa xenofobia e racismo que às vezes existem contra pessoas que são diferentes de nós”. O encenador ressalva, contudo, que a história permite diferentes interpretações, uma vez que a protagonista tanto pode ser portuguesa como estrangeira.

Entre as várias leituras possíveis encontra-se ainda a dimensão religiosa. Segundo José Maria Dias, o sofrimento da protagonista pode estabelecer uma ligação com a figura da Virgem Maria, evocando as diferentes manifestações da dor e dos sacrifícios de uma mãe.

Depois das sessões em novembro, o espetáculo regressa ao Fórum Luísa Todi entre 7 e 10 de janeiro de 2027, incluindo uma sessão para escolas no dia 8. ■

Temporada de Música recupera memória da Casa de Ópera do Cabo Espichel

A programação contempla ópera, cinema e propostas infantis em diferentes espaços do concelho. Autarquia pretende aproximar novos públicos da música erudita e valorizar o património cultural.



IMAGEM DR

A TEMPORADA de Música da Casa de Ópera do Cabo Espichel arranca esta sexta-feira com a apresentação de “Eu Sou Alma”, às 21h30, no Cineteatro Municipal João Mota. Até ao dia 29, o concelho de Sesimbra acolhe oito espetáculos e artistas nacionais e internacionais, numa programação que procura chegar a diferentes públicos.

Ao Semmais, a autarquia explica que a iniciativa nasceu em 2008 com o objetivo de recuperar a memória da Casa de Ópera do Cabo Espichel que, construída em 1770, chegou a acolher espetáculos para a corte e prestigiadas companhias europeias. A partir desse legado, pretende-se “manter viva a ligação de Sesimbra à música erudita”, apresentando diferentes repertórios e abordagens musicais.

Esta edição inclui atuações dos Solistas da Metropolitana, na Igreja de Nossa Senhora do Cabo Espichel, e um recital de José Pedro Ribeiro, na Quinta do Conde, ambos no fim de semana. Seguem-se Yegor Zabelov, na Capela de São Sebastião, a 27 de novembro, e Francisco Sassetti, no Cineteatro João Mota, no dia seguinte.

A programação contempla ainda o filme “Tuner – Ouvido Absoluto, Mão Leve”, este sábado, e duas propostas para os mais novos, “EncorArte Miúdos” e a ópera “O Barbeiro de Einstein”, ambas no dia 29.

A distribuição dos espetáculos por diferentes localidades é uma das prioridades da edilidade, que pretende levar a programação às três freguesias. “Procuramos igualmente que os espetáculos dialoguem com os espaços onde acontecem”, explica a autarquia, destacando a valorização de locais como a Igreja do Cabo Espichel e a Capela de São Sebastião.

Além da formação de novos públicos, a iniciativa procura dinamizar o concelho fora da época alta. “Queremos também que esta iniciativa contribua para atrair visitantes de fora do município”, adianta a câmara, considerando que a realização em novembro ajuda a contrariar a sazonalidade turística.

No futuro, a câmara municipal pretende reforçar a descentralização dos espetáculos e aponta o novo auditório da Quinta do Conde como uma oportunidade para alargar a oferta cultural naquela freguesia. ■

TEXTO DAVID MARCOS

We Can Dance leva à cena realidades da adolescência

Projeto "Realidades Dançadas" aborda o bullying, o racismo, as drogas e o suicídio juvenil. Esta sexta-feira há sessões para as escolas e pra domingo está marcada uma apresentação pública no dia 22.

UMA AGRESSÃO que alguém prefere filmar a impedir e o silêncio de quem assiste sem intervir inspiraram "Realidades Dançadas", um espetáculo que confronta o público com comportamentos que podem marcar profundamente a vida dos jovens.

Criado em 2014 a partir de um desafio lançado pela direção do Cinema-Teatro Joaquim D'Almeida, no Montijo, o projeto regressa àquela sala com duas sessões escolares esta sexta-feira e outra aberta ao público no domingo. Á proposta inicial, centrada no bullying, Igor Lima e Daniel Soares juntaram o racismo, as drogas, os abusos sexuais e o suicídio na adolescência. "Estávamos muito perto da realidade que se vivia nas escolas", recorda Igor Lima, responsável pelo projeto e pela We Can Dance.

Mais de uma década depois, a criação foi atualizada para incluir preocupações relacionadas com os telemóveis que permitem, por exemplo, filmar episódios de violência. Segundo o mesmo responsável, a mensagem do espetáculo "que dispensa finais felizes" é direcionada "aos que praticam, aos que sofrem e aos que estão de fora sem fazer nada". "Tentamos mesmo chocar", reitera.

Sem diálogos, as histórias ganham forma e dimensão através da dança, da interpretação, de vozes gravadas e de músicas, agora com mais temas em português. Para o coreógrafo, a proximidade entre intérpretes e espectadores é uma das forças do projeto. "São miúdos a sensibilizar miúdos. Nós



IMAGEM DR

estamos vestidos como eles, temos as mesmas atitudes que eles em palco", explica.

Essa identificação já se refletiu no contacto com as escolas. Nas primeiras apresentações, os bailarinos visitavam turmas e, depois dos espetáculos, ouviam perguntas e testemunhos dos estudantes. Igor Lima, que cresceu no bairro da Bela Vista, no Afonsoeiro, recorda que o seu percurso pessoal também servia como exemplo para os alunos. "Vim do bairro e consegui mudar, crescer e evoluir", afirma, lembrando que estas intervenções procuravam mostrar aos jovens outras possibilidades de futuro.

A adesão das escolas alimenta a ambição de levar "Realidades Dançadas" a outros pontos do país. Segundo Igor Lima, só a Escola Poeta Joaquim Serra manifestou intenção de levar mais de 1.200 alunos e professores às sessões, o que demonstra o interesse que o projeto continua a ter.

O responsável admite avançar com uma digressão nacional, para tentar chegar a mais jovens. "Se conseguirmos mudar a cabeça de uma pessoa e ajudar uma pessoa, para nós é missão cumprida", conclui. ■

TEXTO **DAVID MARCOS**



Festival Batuta leva música popular e clássica a Sines

O FESTIVAL Batuta regressa a Sines entre 23 e 26 de novembro, com quatro concertos que cruzam música popular e clássica. Na quinta edição, o evento reúne Herman José, Hugo Carabineiro, Quarteto Algarve e Pedro Jóia, numa programação de entrada gratuita que se reparte entre o Pavilhão Multiusos e o Centro de Artes.

A abertura acontece na segunda-feira, às 21h33, com Herman & Octeto, um espetáculo que agrega personagens, histórias de bastidores e música e que conta a com participações do fadista André Baptista e do Coral Atlântico.

Na terça-feira, Dia do Município, às 21h37, o pianista Hugo Carabineiro, residente em Sines, atua no Centro de Artes, local onde o Quarteto Algarve apresenta, na quarta-feira, às 21h31, "Queen à luz das velas", com arranjos para cordas de temas da banda britânica. O encerramento, na quinta-feira cabe ao guitarrista Pedro Jóia, num concerto a solo que assinala o 21.º aniversário do Centro de Artes.

Segundo Álvaro Beijinha, presidente da autarquia local, entidade que promove a iniciativa, a escolha de artistas e de diferentes espaços visa conquistar "distintos públicos e diversificar a oferta cultural".

Em declarações ao Semmais, o autarca referiu que o certame já consolidou a presença no calendário cultural do concelho, embora reconheça que existe margem para reforçar a iniciativa. "A nossa ideia é que ele possa vir a crescer ao longo dos anos", afirma, defendendo um crescimento "de forma sustentada".

O objetivo da autarquia é, avança o edil, implementar uma estratégia mais ampla que permita que o concelho tenha uma "dinâmica cultural que ocupe todos os espaços durante todo o ano". Nesse sentido, a câmara municipal pretende dinamizar equipamentos como o Centro de Artes e aproveitar as condições climatéricas para realizar espetáculos ao ar livre e assim reforçar a programação e tornar Sines "uma referência regional no setor da cultura". ■

TEXTO **DAVID MARCOS**

Agenda



THE PAGES

Com uma sonoridade marcada pelo revivalismo e pela estética Mod, a banda leva à Casa da Cultura o primeiro disco, intitulado "We Are The Pages". O grupo é formado por Philip Page (voz), Stephon Page (voz e guitarra), Peter Page (baixo) e Casper Page (bateria).

Setúbal
21 de novembro, às 21h30



MIGUEL ARAÚJO

Uma das vozes mais marcantes da música portuguesa das últimas décadas sobe ao palco da Academia Almadense com "Passemos aos Salões", um espetáculo intimista em que se faz acompanhar apenas por um piano.

Almada
21 de novembro, às 21h30



LIBRA

Entre o hip-hop lírico, o R&B alternativo e a soul experimental, a rapper natural de Sintra apresenta no Cinema-Teatro Joaquim de Almeida o espetáculo "It Takes a Woman's Pain for Everyone's First Breath", que aborda a condição de ser mulher.

Montijo
21 de novembro, às 21h30



"CONSTITUIÇÃO"

Integrado no 43.º Festival de Teatro do Seixal, o espetáculo de Isabel Costa cruza momentos históricos com o quotidiano de três jovens, numa viagem pelo final do Estado Novo e pela afirmação da democracia.

Seixal
22 de novembro, às 17h00

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

Entre a glória que não se apaga e as sombras que não podem ser ignoradas

Há clubes que pertencem aos seus adeptos. E há outros que fazem parte da identidade de uma cidade. O Vitória Futebol Clube é, sem dúvida, um desses casos. Em Setúbal, falar do Vitória é falar de gerações, de memórias, de paixão e de uma história que ultrapassa largamente as quatro linhas de um campo de futebol.

São 116 anos de uma vida feita de glórias e de momentos inesquecíveis. Das conquistas da Taça de Portugal às noites europeias em que o nome de Setúbal ecoou pelos grandes palcos do futebol, o Vitória construiu um património desportivo que poucos clubes portugueses podem reclamar. Foi grande, mesmo enorme, foi respeitado e levou o nome da cidade a lugares onde muitos nunca chegaram.

Mas a grandeza de um clube também se mede pela forma como enfrenta os seus momentos mais difíceis. E o Vitória conheceu, nos últimos anos, algumas das páginas mais dolorosas da sua história. O afastamento do futebol profissional, a queda nos escalões distritais e as dificuldades financeiras e institucionais deixaram marcas profundas. Para um clube com esta dimensão histórica e social, assistir a este percurso é mais do que uma desilusão desportiva. É uma ferida na própria identidade de Setúbal.

Seria, contudo, injusto olhar para o Vitória apenas através das suas dificuldades. Há sinais de recuperação, há trabalho em curso e há uma ambição declarada de devolver o clube a um patamar de maior estabilidade e competitividade. A redução do passivo anunciada pela direção e os projetos para o Bonfim e para o Vale do Cobre são indicadores de que pode existir uma tentativa de construir um novo caminho. Mas os riscos são enormes e pairam muitas dúvidas sobre a bondade destes projetos e das pessoas que os rodeiam. Por isso é preciso cautela e olho vivo.

Porque, em primeiro lugar, é precisamente aqui que importa colocar uma questão: será suficiente recuperar financeiramente e subir de divisão para devolver ao Vitória a dimensão que perdeu?

A resposta terá de ser mais exigente. O Vitória precisa de recuperar a sua credibilidade, fortalecer a sua estrutura, aproximar os adeptos e devolver confiança a uma cidade que nunca deixou verdadeiramente de se reconhecer no seu clube. Precisa de estabilidade, transparência e de uma visão que não se esgote nos resultados imediatos ou nos mandatos de quem dirige.

A história não pode ser apenas um refúgio para alimentar a nostalgia. As conquistas do passado não pagam dívidas, não resolvem problemas estruturais nem garantem vitórias no futuro. Mas representam um património que deve servir de inspiração e, sobretudo, de responsabilidade para quem tem nas mãos o destino do clube. E é responsabilidade que se exige, hoje e sempre, a quem dirige este grande clube.

O Vitória não precisa de viver eternamente agarrado ao que foi. Precisa de voltar a acreditar no que pode ser. E Setúbal também precisa de acreditar que o seu clube pode recuperar o lugar que lhe pertence, não por decreto da história, mas pela força do trabalho, da competência e da união.

Entre a glória que não se apaga e as sombras que ainda persistem, há um caminho por percorrer. Será longo, exigente e, certamente, sem soluções milagrosas. Mas há uma certeza: um clube com a história, a dimensão popular e a ligação à cidade que o Vitória construiu não pode resignar-se a ser apenas uma recordação dos seus dias de glória.

Porque o Vitória não é apenas o passado de Setúbal. Tem de continuar a ser parte do seu futuro.



ARTUR VAZ
ESCRITOR

IMPRENSA REGIONAL O SEU PAPEL NUMA ÉPOCA DE FALÁCIA INFORMATIVA

É mais do que evidente que os portugueses cada vez lêem menos.

De facto, no tempo presente, é raro vermos nos transportes públicos a imagem que viam quando entrei para o mundo da escrita há 56 anos, sendo a minha colaboração sempre exercida na imprensa regional escrita e falada.

A imprensa local é mais do que um espelho da comunidade. É um arquivo daquilo que somos, e inquestionavelmente um pilar da Democracia.

Esse manancial de informação que hoje anda tão arredado, mas que, face aos constrangimentos de uma informação credível, poderá vir a ter um futuro duradouro.

Quando um semanário local chega aos escaparates, é só por si uma vitória e uma mais-valia para o enriquecimento da memória colectiva em que está inserido.

Os jornais regionais têm um papel determinante na preservação da identidade local, na informação e no fraternal apoio à continuidade de um desejo do próprio leitor em cooperar e manter a assinatura, aguardando pela edição do seu jornal, esperando que os canais de distribuição, quer sejam os correios ou outros, façam o seu trabalho a tempo e horas.

Para isso, é prioritário que os jornais e rádios sejam tribunas locais e executem o seu papel de informar com rigor, e não de "escarrapachar" as notícias. Analisar as fontes antes da sua divulgação, havendo investigação jornalística com contraditório, e acima de tudo neutralizar ervas daninhas que podem destruir os baluartes da informação regional. Evitar com afinco a falta de interesse dos leitores ou ouvintes, e não serem "caixas de ressonância" das instituições, que mais não são do que ecos de propaganda política em muitos casos, com o objectivo de seduzir a própria comunidade para actos corrosivos da sua própria vivência.

Senão, façamos este exercício: quantos são os jornais e rádios que connosco nasceram e desapareceram na nossa região?

Seria um apagão não ter onde ler ou ouvir notícias, reportagens e outras informações.

Por isso, quem edita um jornal ou emite numa rádio local tem um trabalho desafiante pela frente. Cada vez maior, direi mesmo vender "areia no deserto", e saber viver com as novas eras da informação digital, possuindo melhores estruturas com vista a uma informação isenta e com rigor.

De propaganda distorcida já estamos todos a ficar fartos e desinformados.

Infelizmente, cada vez mais, o povo está continuamente sujeito a uma falácia informativa, cabendo aos responsáveis dos canais informativos traçar linhas de orientação visando elevar os níveis de literacia da informação em especial fora dos grandes centros populacionais, com a respectiva ética, eficácia e cidadania.



VALDEMAR SANTOS
MILITANTE DO PCP

EM TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS, ENCONTRO COM SABORES

Não podiam acontecimentos tão recentes que não se impõe identificar no nosso País, mas transladando fronteiras quase infinitas na Europa, fazendo lembrar quem por elas passou (milhares de portuguese, vá!), o acerco de Mérida bordada pelo Guadiana - talvez melhor dizendo: bordando o Guadiana – até à chegada à Ponte Romana de Mérida. Passavam-se pelo menos um, dois três dias a que a lua se segue, a nossa Pátria e Badajoz para trás, e calhou não se encherem de qualquer temor dois jovens refractários da guerra colonial salazarista (Franco naturalmente compagnon de route).

Junto à ponte encontraram um acampamento de gitanos, e avançaram com uma espécie de código, um pouco como se pensassem «O que isto vai dar?...»: « - Têm Rioga Alto?», sem dúvida sob influência de Hemingway.

« - Não, é lá para o Norte, aqui só Jerez, Domecq...».

Não acontecia aquilo num canto o mais natural do Mundo? O almoço foi em conjunto, nenhum risco na identificação do local onde se situava a Estação de Caminho de Ferro, nenhum medo em pôr a verdade a nu: haveriam de chegar bem ao Norte de tudo, até à fronteira com a França, até mais um salto encharcado com a corrente do Bidassoa e seguindo-se outro até à Bélgica.

Não podia deixar de ser, bem resguardado num saco espesso de plástico, impermeável: Lorca, «Obras Completas», da Aguilar.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal**, Lda; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais**.pt / /jornalsemmais



PAULO FREITAS DO AMARAL
PROFESSOR, HISTORIADOR E AUTOR

O ENSINO DO PORTUGUÊS ESQUECEU-SE DOS LIVROS ETERNOS

Há uma pergunta que me acompanha há algum tempo sempre que se discute o ensino do Português nas escolas: que livros devem acompanhar um jovem durante a sua formação?

A resposta parece simples, mas talvez não seja tão consensual como deveria. Os melhores. Os livros que sobreviveram ao tempo. Aqueles que continuam a ser lidos por diferentes gerações porque conseguem falar de algo que permanece no ser humano.

O ensino do Português tem, antes de mais, uma responsabilidade fundamental: preservar a nossa própria literatura. Uma escola portuguesa não pode deixar de ensinar Gil Vicente, Luís de Camões, Padre António Vieira, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, Sophia de Mello Breyner ou Miguel Torga.

Estes autores não são apenas nomes inscritos nos manuais escolares. São a memória viva da nossa língua. Neles encontramos a evolução do pensamento português, os grandes debates da nossa sociedade, as nossas dúvidas, as nossas ambições e também as nossas fragilidades. Retirar estes autores do centro da formação literária seria perder uma parte essencial daquilo que somos.

Mas preservar a literatura portuguesa não significa fechar os alunos dentro das nossas fronteiras.

Pelo contrário.

A língua portuguesa sempre viveu em diálogo com o mundo. Camões dialogou com a tradição clássica. Eça de Queirós conhecia profundamente a literatura europeia. Fernando Pessoa construiu uma obra que pertence simultaneamente a Portugal e à Humanidade.

Por isso, o ensino do Português deveria abrir mais espaço às grandes obras intemporais da literatura universal.

Não porque sejam antigas. Mas precisamente porque não envelheceram.

Uma obra torna-se eterna quando consegue ultrapassar o seu próprio tempo e continuar a responder às perguntas fundamentais do Homem.

É por isso que Tolkien merece estar entre os grandes autores que os nossos alunos deveriam conhecer. Muitos jovens conhecem o universo de O Senhor dos Anéis através do cinema, mas poucos percebem que estão perante uma das grandes narrativas morais do século XX.

Tolkien não escreveu apenas uma história de fantasia. Escreveu sobre a amizade que permanece quando tudo parece perdido, sobre a coragem dos pequenos perante forças gigantescas, sobre a humildade daqueles que não procuram o poder e sobre o perigo de uma ambição que pode corromper a alma humana.

O anel de Tolkien é uma das grandes metáforas universais da humanidade: a tentação do poder absoluto.

O mesmo acontece com C. S. Lewis em As Crónicas de Nárnia. Por detrás de uma aventura destinada aos mais jovens encontramos uma profunda reflexão sobre a escolha entre o bem e o mal, sobre o sacrifício, a responsabilidade e a possibilidade de redenção. São temas que não pertencem ao século XX. Pertencem a todos os séculos.

Também O Conde de Monte Cristo, de Alexandre Dumas, continua atual porque fala de uma das maiores fragilidades humanas: a vingança. A história de Edmond Dantès não é apenas uma narrativa de aventura. É uma reflexão sobre justiça, sofrimento, transformação e sobre a difícil fronteira entre reparar uma injustiça e deixar-se consumir pelo ressentimento.

Em Os Miseráveis, Victor Hugo colocou no centro da literatura uma das perguntas mais profundas da humanidade: pode um homem mudar? A história de Jean Valjean continua a emocionar porque fala da dignidade humana, da compaixão e da possibilidade de redenção.

Cervantes, em Dom Quixote, oferece-nos uma das personagens mais extraordinárias da literatura universal. Um homem que luta por ideais que muitos consideram impossíveis e que nos obriga a perguntar se uma vida sem sonhos será realmente uma vida plena.

Mark Twain, através de Tom Sawyer e Huckleberry Finn, mostra-nos a descoberta da liberdade, da amizade e da consciência moral. Júlio Verne desperta a curiosidade científica, o espírito de aventura e a confiança no conhecimento. Robert Louis Stevenson, em A Ilha do Tesouro, recorda-nos que crescer significa também aprender a distinguir entre a lealdade e a ambição.

Até obras aparentemente destinadas apenas aos mais novos, como O Principezinho, de Antoine de Saint-Exupéry, escondem grandes lições sobre a amizade, a responsabilidade e a importância de olhar para além das aparências.

Estas obras permanecem porque falam das grandes virtudes humanas, mas também dos grandes defeitos humanos.

A literatura não serve apenas para mostrar heróis perfeitos. Serve para revelar o Homem.

A mitologia grega continua a fascinar precisamente porque os próprios deuses carregam as fragilidades humanas. Zeus, Hera ou outros deuses não são figuras distantes e perfeitas. Sentem inveja, ciúme, orgulho, desejo de vingança e vontade de poder. Ao olhar para eles, os antigos gregos estavam, na realidade, a olhar para si próprios.

É essa uma das maiores forças da literatura: mostrar-nos quem somos.

A escola não existe apenas para ensinar técnicas de leitura ou preparar exames. Existe para formar pessoas. Um aluno que conhece estas grandes obras compreende melhor a História, a Filosofia, a Arte e até a própria literatura portuguesa.

Não se compreende totalmente Camões sem perceber a tradição épica que o antecedeu. Não se compreende totalmente a literatura europeia sem conhecer as grandes narrativas que atravessaram séculos. Não se forma um leitor completo se lhe for negado o contacto com os livros que moldaram gerações.

O critério para escolher uma obra escolar não deveria ser apenas a sua proximidade com o presente. As escolas não devem ensinar apenas aquilo que é atual. Devem ensinar aquilo que continua a ser importante quando o presente já passou.

Os programas podem e devem evoluir. A literatura continua viva e novos autores podem, naturalmente, conquistar o seu lugar. Mas uma escola que abandona os livros eternos corre o risco de formar alunos informados sobre o seu tempo, mas desligados da longa história da humanidade.

Os livros que resistiram ao tempo não resistiram por acaso. Resistiram porque encontraram algo permanente na alma humana.

Os programas escolares mudam ao ritmo das gerações. Camões, Cervantes, Tolkien, Victor Hugo ou Eça permanecem.

Uma nação revela a confiança que tem no seu futuro pelos livros que entrega às suas crianças.



ANABELA MARIZ GONÇALVES
SOCIÓLOGA - REFORMADA

A PIRÂMIDE DE KELSEN

A Constituição da República Portuguesa é o pilar fundamental da ordem jurídica nacional. Consagra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, estabelece a organização do Estado e define os princípios que enquadram a criação e aplicação das restantes normas jurídicas.

Na hierarquia normativa, inspirada na pirâmide de Kelsen, todas as normas inferiores retiram a sua validade das superiores, não podendo contrariar a Constituição, sob pena de inconstitucionalidade.

Contudo, esta arquitetura jurídica, que deveria assegurar estabilidade, previsibilidade e igualdade perante a lei, parece estar progressivamente a perder a sua função essencial.

Imaginemos um país onde a organização jurídica funciona como uma imensa rede de sinalização rodoviária. Durante décadas, os cidadãos aprenderam um código simples: o verde significava avançar, o vermelho significava parar e o amarelo exigia cautela. A Constituição era o código da estrada; as leis, os sinais; os tribunais, os mecanismos de fiscalização; e as instituições, os cruzamentos onde se definiam prioridades e responsabilidades.

Era um sistema imperfeito, mas tinha uma virtude indispensável: permitia saber com que regras se podia contar.

Até que, numa manhã de novembro, todos os semáforos do país ficaram amarelos.

Não houve um apagão nem uma declaração de emergência. O vermelho e o verde simplesmente desapareceram. As autoridades pediram tranquilidade e explicaram que o amarelo não significava ausência de regras, mas uma nova etapa institucional.

Foi então que o país começou verdadeiramente a desmoronar-se.

A Constituição continuava formalmente em vigor, mas os seus princípios pareciam ter-se transformado em recomendações. As leis continuavam a ser publicadas, mas a sua aplicação dependia cada vez mais da interpretação circunstancial de quem detinha o poder de decidir. Os regulamentos multiplicavam-se, sobrepunham-se e contradiziam-se, criando um labirinto normativo onde quase tudo podia ser permitido ou proibido, dependendo da interpretação escolhida.

O princípio da legalidade transformara-se numa rotunda sem saídas claramente identificadas.

A separação de poderes, concebida para garantir equilíbrio e fiscalização recíproca, parecia agora um cruzamento onde todos reclamavam prioridade e ninguém aceitava ceder passagem. O legislador produzia normas, o Governo reinterpretava-as, a Administração acrescentava exceções e os tribunais procuravam resolver, a posteriori, os conflitos resultantes dessa indefinição.

A justiça corria, assim, o risco de deixar de ser primordialmente uma garantia de legalidade para se transformar numa operação de gestão da incerteza.

Neste cenário, o amarelo deixou de ser uma simples cor de precaução. Transformou-se numa forma de poder. Quem controlava a interpretação do sinal controlava a circulação. Os mais próximos dos centros de decisão conheciam os códigos não escritos e encontravam caminhos alternativos; os cidadãos comuns permaneciam imobilizados, sem saber se avançar constituía um direito ou uma infração.

O mais inquietante é que ninguém precisava de abolir formalmente a Constituição, dissolver o Parlamento ou extinguir os tribunais. As instituições continuavam a existir, as leis eram aprovadas, as eleições realizavam-se e os discursos sobre o Estado de Direito multiplicavam-se.

Mas a sua essência ia sendo esvaziada.

A segurança jurídica dava lugar à incerteza, a igualdade à aplicação desigual das regras e a previsibilidade à dependência de decisões circunstanciais. A exceção tornava-se normalidade e a discricionariedade ameaçava substituir a regra.

Uma ordem jurídica não existe apenas para impedir que os cidadãos atravessem o sinal vermelho. Existe, sobretudo, para lhes garantir que sabem quando têm o direito de avançar no verde.

Porque um país onde todos os semáforos permanecem em amarelo intermitente pode continuar a ter Constituição, leis, tribunais e Parlamento. Pode até conservar toda a aparência de um Estado de Direito.

Mas, quando ninguém sabe verdadeiramente quais são as regras, a quem se aplicam ou quem está obrigado a cumpri-las, o Estado de Direito deixa de ser uma garantia efetiva e transforma-se numa fachada institucional.

ESCLARECIMENTO

A classificação das escolas do distrito de Setúbal referida no artigo "Distrito tem apenas duas escolas numa lista nacional de 100", publicado na edição 06 de novembro, teve por base o Ranking Superação. Importa, contudo, acrescentar que, de acordo com o ranking do jornal Público, elaborado a partir das médias do Ranking Exames Nacionais, o Colégio Campo de Flores, em Almada, apresenta um resultado superior ao da Escola Secundária Manuel da Fonseca, de Santiago do Cacém. O estabelecimento privado regista uma média de 15,24 valores, face aos 12,76 da escola de Santiago do Cacém. São critérios de avaliação distintos, que permitem leituras complementares do desempenho dos estabelecimentos de ensino. Neste caso, e tendo em conta o parâmetro dos resultados dos exames nacionais, o Colégio Campo Flores lidera o grupo de escolas públicas e privadas do nosso distrito.

PUBLICIDADE

Dona Ermelinda

FAZ PARTE DA SUA VIDA

TRADIÇÃO E EXCELÊNCIA, EM TODOS OS MOMENTOS.



Vinho tinto rico em frutos vermelhos bem maduros, bem harmonizado com a mdeira. Final de boca cheio, complexo, longo e agradável.

Red wine rich in very ripe red fruits well combined with the wood. Full, complex, long and pleasant aftertaste.

PORTUGAL Superbrands ·2025· ELEITO PELOS CONSUMIDORES

CASA ERMELINDA EST. FREITAS 1920

WWW.ERMELINDAFREITAS.PT

SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.
WINE in MODERATION
wines of portugal